



Número: [REDACTED]

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **46ª Vara Cível da Comarca da Capital**

Última distribuição : **17/03/2023**

Valor da causa: **R\$ 20.000,00**

Assuntos: **Prestação de Serviços, Tutela de Urgência, Indenização Por Dano Moral - Outras**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE (RÉU)			
QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS S.A. (RÉU)			
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
64286946	22/06/2023 21:53	Sentença	Sentença

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca da Capital

46ª Vara Cível da Comarca da Capital

Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga 115, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20020-903

SENTENÇA

Processo: [REDACTED]

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: [REDACTED]

CURADOR: [REDACTED]

RÉU: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE, QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS S.A.

COMARCA DA CAPITAL

JUÍZO DE DIREITO DA 46ª VARA CÍVEL

Processo nº [REDACTED]

SENTENÇA

Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais, ajuizada por [REDACTED], representado por sua curadora [REDACTED] em face de SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE SA e QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS SA

O Autor é beneficiário do seguro de saúde coletivo por adesão, produto de nº 515, comercializado pelas requeridas,, sendo a sua mãe, e curadora, a responsável pelo pagamento das mensalidades. Durante os cinco anos em que o seguro de saúde esteve vigente, não houve o que se falar em atraso nas mensalidades. Afirma que o contrato de seguro de saúde foi cancelado unilateralmente por uma inadimplência que jamais existiu



Alega o autor que faz uso de entorpecente desde 13 anos e que começou a apresentar um comportamento alterado e errático, que progressivamente ensejou no cometimento de inúmeras condutas ilícitas como pequenos e grandes furtos, o que o levou a ser detido em março de 2022. Antes disso, foi submetido a diversos tratamentos psiquiátricos, incluindo aproximadamente 40 (quarenta) internações em estabelecimentos voltados para a reabilitação de dependentes químicos e pacientes psiquiátricos, pois apresentava sintomas psicóticos como despersonalização e desrealização, além dos sintomas depressivos graves com ideias suicidas

Alega que nesse cenário, sua genitora terminou por atrasar o pagamento de mensalidades. Em 30/09/2022 a [REDACTED] pagou a mensalidade com vencimento no dia 01/10/2022. Ainda em outubro, a [REDACTED] recebeu outro boleto para pagamento dessa mesma mensalidade, vencida em 01/10/2022. Só que, considerando o momento conturbado que estava vivendo, optou por pagar o boleto de imediato, mesmo não reconhecendo o débito apontado, na expectativa de questionar as Rés sobre essa cobrança excedente em outro momento. O boleto foi pago com três dias de atraso, pois a curadora estava envolvida com a prisão de seu filho

O pagamento da mensalidade referente a novembro se deu juntamente com o pagamento do segundo boleto com vencimento em 01/10/2022. NO mês seguinte não recebeu mais boletos, recebendo a informação de que este estava cancelado por inadimplência.

Alega que o boleto com vencimento no dia 01/10/2022 não estava no mesmo padrão de layout de todos os anteriores, especificamente em relação a nomenclatura do destinatário, em que constava “Azaas” e não “Qualicorp”, como de costume. No momento do pagamento, a [REDACTED], extremamente fragilidade pela situação vivida com o seu filho, não se atentou para esse detalhe.

Requer a antecipação a tutela para que seja restabelecido o plano de saúde e para que sejam as res proibidas de rescindir o contrato de seguro de saúde do autor sem lhe oportunizar, previamente, a contratação de outro seguro de saúde com aproveitamento de carências e cobertura parcial temporária.

No mérito, requer indenização de R\$20.000,00, e a confirmação da antecipação da tutela.



Decisão deferindo a tutela provisória de urgência, para determinar o restabelecimento do plano de saúde do autor. A decisão foi objeto de agravo interposto pela ré, sendo concedido efeito suspensivo ao recurso.

Contestação da primeira ré, alegando que o autor parou de pagar os boletos das mensalidades do plano e não demonstrou depósitos judiciais, então o seu plano foi cancelado em virtude da falta de pagamento da mensalidade, nos termos da cláusula 14.4 do contrato

Afirma que o autor aderiu a plano de saúde coletivo por adesão, modalidade que, por disposições legais e regulatória, conta com a intermediação de administradora de benefícios, quem seja, a segunda ré, cujas funções e responsabilidades estão descritas no art. 2º, da RN 196, da ANS.. Informa que nestas modalidades, quem efetua a contratação não é o beneficiário mas sim a pessoa jurídica a que ele é vinculado, sendo de responsabilidade destes a gestão do benefício.

Alega que a falta de pagamento do valor mensal do benefício, até o último dia da vigência referente ao mês não pago, poderá ocasionar o cancelamento automático do benefício, conforme previsto na cláusula 14.4 do contrato celebrado entre as partes. Impugna a ocorrência de danos morais e requer a improcedência dos pedidos.

Contestação da segunda ré alegando que a parte autora teve seu plano cancelado por falta de pagamento em 17/11/2022, em razão da inadimplência da mensalidade referente ao mês 10/2022, na data de vencimento – dia 01/10/2022, conforme determinação contratual.

Destaca que foram realizadas ações de cobrança tais como envio de carta simples, mensagens SMS e email. Certo que a mensalidade vencida somente foi liquidada em 03/11/2022, fora da data de vencimento, cujo prazo, para confirmação de pagamento é de 48 H úteis.

Aduz que notificou o beneficiário acerca da existência de pendência financeira, mas a parte autora ficou inerte e efetuou o pagamento após o decurso do prazo para pagamento que possibilitaria a reativação do contrato. E, por isso, requer a



improcedência dos pedidos

.

Réplica da parte autora reiterando seus argumentos.

Não desejaram as partes a produção de outras provas.

É O BREVE RELATÓRIO. DECIDO.

A questão trazida a Juízo caracteriza relação de consumo, na medida em que autor e réus se encaixam aos conceitos de consumidor e fornecedor constantes, respectivamente, dos artigos 2º e 3º da Lei 8.078/90. Por tal razão, aplicam-se as normas insculpidas no Código de Defesa do Consumidor, constatação abalizada pela jurisprudência pátria, no sentido de que "aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde", segundo o enunciado nº 469, da Súmula da jurisprudência dominante no Colendo STJ.

As partes celebraram contrato de prestação de serviços de saúde na modalidade coletiva, fato admitido por todos

O autor reconhece o atraso no pagamento da mensalidade vencida em 01.10.2022, a qual somente foi quitada em 03.11.2022. Atribui o fato à situação conturbada que vivia à época.

Ocorre que, em que pese a mora do autor, a ré o notificou para pagamento do débito em atraso no dia 25.10.2022 (index 54252238), concedendo-lhe apenas até o dia 31.10.2022 para a quitação dos valores em aberto. O prazo revelou-se curto e não permitiu que o autor efetuasse o pagamento devido em tão pouco tempo, vindo a fazê-lo poucos dias depois, no dia 03.11.2022, fato admitido pela ré

Considerando tratar-se de relação de consumo, deve a lide ser analisada à luz de princípios básicos consumeristas, em especial boa-fé objetiva, transparência e confiança, sendo certo que tais princípios prevalecem independentemente da



vontade dos contratantes.

Ademais, verifica-se, no caso em tela, que, apesar de a ré ter cumprido seu dever de notificação previa sobre o cancelamento do plano, não observou o mínimo de tempo necessário e suficiente para que o autor regularizasse seus pagamentos.

Em que pese a Lei 9656/98 estabelecer que o artigo 13, parágrafo único, II somente se aplica aos contratos individuais, a razoabilidade ali contida não pode ser afastada de todos os contratos de saúde, já que encontram-se em jogo a saúde e a vida do paciente. Em outras palavras, não há razão para diferenciar o tratamento destinado aos beneficiários desses planos do destinado aos beneficiários dos individuais

Ainda que o contrato celebrado entre as partes estabeleça que o plano pode ser cancelado de forma unilateral, em prazo inferior ao previsto no art. 13 , parágrafo único , II , da Lei nº 9.656 /98, tal cláusula deve ser afastada, pois abusiva, nos termos do art. 51 , IV , parágrafo 1º , I e II , do Código de Defesa do Consumidor

Destarte, considerando que o autor é associado da ré há vários anos, e que sua mora persistiu por menos de 35 dias, deve o plano ser restabelecido.

Não se vislumbra, no entanto, a ocorrência de danos morais indenizáveis, haja vista ter o autor concorrido para o dano, ao deixar de adimplir pontualmente suas mensalidades

Face ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para ratificar a antecipação da tutela concedida

Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais.



Condeno o autor a pagar honorários advocatícios a favor do patrono dos réus, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa

Condeno o réu a pagar honorários advocatícios a favor do patrono do autor, os quais fixo também em 10% sobre o valor da causa .

Transitada em julgado, não havendo requerimento das partes, dê-se baixa e arquivem-se, cientes de que os autos serão encaminhados à Central de Arquivamento.

P.R.I.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2023

ANA PAULA PONTES CARDOSO

JUIZA DE DIREITO

